

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.945 - RS (2015/0070686-5)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM**  
**RECORRIDO : ARLINDO RODRIGUES MAYER**  
**RECORRIDO : EDUARDO ANTÔNIO ALMEIDA**  
**RECORRIDO : ELTON HOEHR**  
**RECORRIDO : GEOLAR BADKE**  
**RECORRIDO : JOSÉ BASILIO DA ROCHA NETO**  
**RECORRIDO : JOSÉ FELICIANO LOPES**  
**RECORRIDO : NABOR WILNEY FLORES**  
**RECORRIDO : NICOLA CHIARELLI GAROFALLO**  
**RECORRIDO : SÉRGIO ASSIS BRASIL**  
**RECORRIDO : WILSON BAHÍ SORIANE**  
**ADVOGADOS : JOSÉ LUIS WAGNER E OUTRO(S) - RS018097**  
**LUCIANA INES RAMBO - RS052887**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **Universidade Federal de Santa Maria - UFSM** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 106):

*SERVIDORES CIVIS. VALOR DE PROVENTOS. CÁLCULOS. RESTABELECIMENTO DO PAGAMENTO DE RUBRICA. Mantida decisão por meio da qual foi assegurada a manutenção da sistemática de cálculo, para fim de reajustamento de vantagens pecuniárias - quintos de funções comissionadas -, percebidas por servidores públicos, civis, aposentados.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 113/118). Novos aclaratórios opostos, foram parcialmente acolhidos, para sanar contradição tocante à fundamentação, sob a seguinte ementa (fl. 128):

*SERVIDORES CIVIS. VALOR DE PROVENTOS. CÁLCULOS. RESTABELECIMENTO DO PAGAMENTO DE RUBRICAS. CONTRADIÇÃO. A lei processual define as hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios: obscuridade, contradição, omissão, erro material. Requerimento estranho ao disciplinado no art. 535 do Código de Processo Civil. Providos, em parte, embargos de declaração para sanar contradição no tocante à fundamentação. Agravo de instrumento a que se nega provimento. Mantida decisão,*

# Superior Tribunal de Justiça

*proferida pelo juízo a quo, por meio da qual foi assegurada a manutenção da sistemática de cálculo, para fim de reajustamento de vantagens pecuniárias - quintos de funções comissionadas percebidas por servidores públicos, civis, aposentados.*

A parte recorrente aponta violação aos arts. 62 da Lei nº 8.112/90, 15 da Lei nº 9.527/97, 18 a 24 da Lei nº 11.784/08. Sustenta, em síntese, que os quintos devem ser considerados como VNPI, devendo ser atualizados somente por índices gerais. Ressalta que *não existe ofensa à coisa julgada; o pagamento é devido e reconhecido, apenas a forma é que se deu de forma errada* (fl. 141).

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Dito isso, colhe-se do aresto proferido em sede aclaratória a seguinte fundamentação (fls. 125/126):

*Até a entrada em vigor da Medida Provisória 431, de 14/5/2008, convertida na Lei 11.784, de 22/9/08, a UFSM procedeu ao pagamento dos quintos de função comissionada (FC), vinculando o cálculo dessas rubricas à remuneração de professor titular com doutorado e dedicação exclusiva. Esse procedimento está em consonância com o teor do julgamento, ocorrido em junho/2000, transitado em julgado, em 9/8/2004 (fls. 64/65):*

**SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DA APOSENTADORIA. OFÍCIO-CIRCULAR Nº 30, DE 11-7-96, DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MARE. QUINTOS. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE NA ORIGEM. DIREITO ADQUIRIDO E ATO JURÍDICO PERFEITO.**

*Se a Portaria 474/86, do Ministro da Educação e da Cultura, que estabeleceu os valores das Funções de Confiança, nunca foi invalidada por autoridade*

# Superior Tribunal de Justiça

*competente, e se não é flagrantemente inconstitucional, é preciso admitir a validade dos efeitos por ela produzidos e incorporados ao patrimônio jurídico dos aposentados, quando obtiveram as respectivas aposentadorias. Isso significa que, enquanto não forem formal e expressamente invalidadas as normas que garantiram os valores da aposentadoria concedida, não é possível levar adiante a revisão pretendida pelo Ofício-Circular nº 30, SRH do MARE, pois não a permite o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.*

*(TRF-4ª R., AC nº 97.04.02131-3/RS, Quarta Turma, Rei. Juiz Zuudi Sakakihara, julg. unânime, em 13/6/2000, DJ pub. 9/8/2000)*

*Pelo que, a estrutura remuneratória dos cargos dos agravados (docentes, vinculados ao quadro da UFSM), deve ser mantida, o que implica ratificar a posição assumida pelo juízo singular:*

*(...) é inadmissível que, unilateralmente, altere a forma de reajustamento da vantagem, em evidente ofensa à coisa julgada formada nestes autos. Se pretender, pois, modificar a relação jurídica continuativa, poderá pedir a revisão do que foi estatuído em sentença, como lhe garante a legislação, mas em ação própria, e não no bojo de ação mandamental já arquivada. Assim, defiro como requerido pelos Impetrantes. (Excerto da decisão agravada; fl. 84v)*

*Entendo assim restar sanada a contradição que foi apontada.*

No presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, *é inadmissível que, unilateralmente, altere a forma de reajustamento da vantagem, em evidente ofensa à coisa julgada formada nestes autos. Se pretender, pois, modificar a relação jurídica continuativa, poderá pedir a revisão do que foi estatuído em sentença, como lhe garante a legislação, mas em ação própria, e não no bojo de ação mandamental já arquivada* (fl. 126).

Incidente, pois, o óbice da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

# *Superior Tribunal de Justiça*

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

